



Em Movimento

JULHO DE 2026 | ANÁLISES E ATUALIZAÇÕES DA ASSEMBLEIA INTERNACIONAL DOS POVOS

Repressão política: eles temem o povo organizado

Caros camaradas, saudações internacionalistas! Sejam bem-vindos e bem-vindas a esta edição do **Boletim Informativo “Em Movimento”**, da **Assembleia Internacional dos Povos (AIP)**. Da Índia aos Estados Unidos, do Equador à Jordânia, a classe dominante está revelando, mais uma vez, a verdade por trás de seu discurso de “segurança”: quando não consegue atender às nossas demandas, responde à nossa organização com a linguagem do terrorismo.

Quatro Estados que não compartilham fronteiras, alianças nem formas de governo — uma república parlamentarista, uma potência imperial, um governo andino de direita e uma monarquia — convergiram para o mesmo instrumento jurídico: estatutos e decretos redigidos na linguagem do “terrorismo” e da “segurança nacional”, que tratam a própria oposição política como uma ameaça a ser controlada pela polícia. Isso não é coincidência, mas uma arquitetura compartilhada, construída para designar organizações e movimentos inteiros como inimigos do Estado e, por meio deles, dismantelar as próprias condições nas quais as pessoas se tornam capazes de se organizar.

O “MEDO VERMELHO” GLOBAL



leis antiterrorismo e o retorno da repressão política

ÍNDIA
a Lei de
Prevenção de
Atividades
Ilegais (LPAI),
de 1967

EUA
Memorando
Presidencial de
Segurança
Nacional nº 7
(MPSN-7)

Ecuador
um “conflito
armado interno”
e suas leis

Jordânia
Lei de Crimes
Cibernéticos
nº 17 de
2023

Na Índia, a Lei de Prevenção de Atividades Ilegais (LPAI), que originalmente era uma lei regulatória para proibir associações, absorveu os poderes de duas leis antiterrorismo revogadas em 2004, sendo posteriormente ampliada em 2008 e novamente em 2019, quando o governo ganhou o poder de rotular pessoas físicas, e não apenas organizações, como terroristas.

Nos Estados Unidos, não existe um crime federal de “terrorismo doméstico”. Em seu lugar, a MPSN-7 orienta as forças de segurança federais a agir contra uma lista de “indicadores” políticos, incluindo “antiamericanismo”, “anticapitalismo” e “anticristianismo”. A própria liberdade de expressão, protegida constitucionalmente, tornou-se motivo para investigação por forças-tarefa lideradas pelo FBI e pelos chamados *Fusion Centers*.

O Equador tem sido governado desde janeiro de 2024 sob um declarado “conflito armado interno”, designando cerca de 22 grupos como terroristas e, em meados de 2025, aprovando leis que permitem batidas policiais sem mandado, um limiar mais baixo para o uso de força letal e proteção quase total do pessoal de segurança contra processos judiciais.

A Lei de Crimes Cibernéticos de 2023 da Jordânia quase triplicou seu escopo em relação à lei anterior, criminalizando delitos vagamente definidos como “notícias falsas”, “provocação de conflitos” e “subversão da unidade nacional”, com categorias amplas o suficiente para que um único promotor decida onde termina a crítica e começa o crime.

O que une esses quatro sistemas é uma única técnica: o “delito elástico” (tipos penais abertos), definido de forma tão vaga que seu significado não é determinado pelo texto, mas por quem o aplica, permitindo que uma cláusula se estenda de uma célula armada a um sindicato inteiro ou a um movimento de massa. Nada disso é novidade. Cada iteração absorve e aprimora um aparato de repressão mais antigo, pois o Estado intensifica suas ferramentas jurídicas em proporção direta à ameaça que percebe à sua própria sobrevivência.

O objetivo nunca é apenas punir indivíduos, mas construir uma estrutura capaz de rotular movimentos inteiros como ameaças à segurança. Na Índia, os 16 advogados, acadêmicos e poetas conhecidos como os “16 de Bhima Koregaon” foram presos por supostas ligações com um partido proibido. No Equador, a designação de “terrorista”, criada para gangues armadas, foi estendida a líderes indígenas e sindicais durante greves nacionais. Além das prisões, essas leis cumprem uma função pública: fabricar consentimento ao retratar comunistas, sindicalistas e movimentos sociais como inimigos da nação, em vez de adversários políticos, ecoando a lógica macartista que reinterpreta a dissidência como deslealdade e a mera associação como culpa.

Três alvos se repetem nos quatro países: o descontentamento econômico (as greves contra a austeridade no Equador foram alvo de acusações de terrorismo; a MPSN-7 classifica o próprio “anticapitalismo” como alvo), mobilizações contra a guerra (a Jordânia processou centenas de pessoas por postagens pró-palestinas; os *Fusion Centers* dos EUA vigiam um acampamento pela paz entre Israel e Palestina) e críticas diretas à conduta do governo (o satirista jordaniano Ahmad Hassan al-Zoubi foi preso por causa de uma única postagem nas redes sociais). Em cada caso, a oposição ao império, à guerra ou à ordem econômica vigente é recodificada como uma questão de segurança.

Essa convergência remonta a um momento histórico específico: após 2001, a Resolução 1373 do Conselho de Segurança da ONU obrigou todos os Estados a criminalizar o “apoio ao terrorismo”, deixando a própria palavra indefinida — um modelo com uma lacuna que cada governo preencheu em seu próprio benefício. Em 2026, o próprio Relator Especial da ONU para o combate ao terrorismo concluiu que o abuso dessas leis havia se tornado “uma ferramenta preferencial para reprimir críticos” em todo o mundo. Por trás das especificidades nacionais, há uma necessidade material comum: quando um sistema não consegue garantir salários, moradia ou segurança, ele precisa dar conta da raiva que isso gera. Cada vez mais, ele interpreta essa raiva como subversão, em vez de uma queixa legítima.

O perigo mais profundo que podemos encontrar é uma mudança da proibição de atos para a criminalização de ideias e afiliações: a infração migra do que uma pessoa faz para o que se acredita que ela pense ou a que pertença. E o mecanismo mais profundo é que o próprio processo legal se tornou a punição em si: em Karnataka, a maioria das condenações pela LPAI ao longo de duas décadas resultou de confissões de culpa feitas somente após anos de detenção sem fiança, e a própria Suprema Corte da Índia constatou taxas de condenação de apenas 2% a 6% durante o período de 2019 a 2023, o que significa uma absolvição quase certa no futuro, mas somente depois que os anos já tiverem se passado. O estudante Ayan Yusuf Shaikh, de 19 anos, foi preso com base em pouco mais do que uma suposta má intenção. Umar Khalid e Sharjeel Imam estão detidos há mais de cinco anos, sem que as acusações tenham sido formalmente formuladas. E o padre Stan Swamy, de 84 anos, morreu sob custódia enquanto aguardava fiança. Essa é a lei funcionando exatamente como foi concebida: não para condenar, mas para destruir anos de vidas predominantemente inocentes antes que alguém chegue a um tribunal, garantindo não apenas que o dissidente de hoje seja punido, mas que o próximo nunca se manifeste.

Essas leis atuam por meio do isolamento, fazendo com que cada dissidente se sinta sozinho e cada movimento pareça suspeito, como se pudessem ser desmantelados assim que esse isolamento terminasse. Quando os sindicatos equatorianos, a federação indígena CONAIE, as ordens dos advogados e as

federações universitárias contestaram conjuntamente as leis de segurança na Justiça, o Tribunal Constitucional revogou duas delas em setembro de 2025 e suspendeu partes de uma terceira. As tarefas a seguir são apresentadas como compartilhadas e concretas: a) libertar os presos políticos citados, incluindo Khalid, Imam, os detidos de Bhima Koregaon, al-Zoubi e outros; b) reconhecer a negação sistemática das liberdades políticas dos palestinos como parte da mesma luta; c) tratar os processos contra jornalistas e acadêmicos como ataques a profissões inteiras.

Acima de tudo, é preciso identificar para que essas leis realmente servem: não para a segurança pública, mas para a destruição da própria organização popular. O ato mais básico de solidariedade é simplesmente recusar esse enquadramento, continuar se organizando abertamente e negar a essas leis o isolamento do qual elas dependem para funcionar.

Quer saber mais sobre esse assunto? Leia o artigo completo [aqui](#).

Atualizações



ALBA Movimentos rumo a Havana

De 6 a 9 de agosto, mais de 150 delegados/as de toda a América Latina e do Caribe se reúnem em Havana, Cuba, para a IV Assembleia Continental da ALBA Movimentos, sob o lema “Cem Anos Caminhando com Fidel”. Realizada durante o centenário do nascimento de Fidel Castro, a Assembleia reafirma a solidariedade com Cuba, que enfrenta o bloqueio cada vez mais intenso dos EUA e a renovada agressão imperialista. Reunindo mais de 400 organizações populares de 25 países, a ALBA Movimentos promove este encontro para analisar o momento político global, debater o socialismo como horizonte para os povos do continente e elaborar um plano de ação comum para fortalecer a organização popular, a soberania e a unidade continental. A Assembleia é tanto uma homenagem ao legado internacionalista de Fidel quanto um compromisso de aprofundar as lutas por “*Nuestra América*” (Nossa América) justa, socialista e soberana.

[Leia mais](#)



Gaza: um cessar-fogo apenas no nome

Nove meses após o anúncio do cessar-fogo apoiado pela ONU, a Assembleia Internacional dos Povos alerta que os ataques de Israel à Palestina continuam inabalados. Os ataques aéreos em Gaza ainda matam civis, a ajuda humanitária continua perigosamente insuficiente e a fome generalizada se agrava à medida que as famílias lutam para sobreviver sob o cerco. Ao mesmo tempo, a Cisjordânia ocupada enfrenta uma escalada da violência dos colonos, com ataques a comunidades palestinas atingindo níveis recordes sob a proteção e o incentivo do

governo israelense. Rejeitando a ilusão de paz, a declaração exige a implementação total do cessar-fogo, acesso humanitário irrestrito, responsabilização por crimes de guerra e pela violência dos colonos, e uma renovada solidariedade internacional com a luta do povo palestino por justiça, dignidade e libertação.

[Leia mais](#)



Êxodo em massa para Ceuta: jovens marroquinos pagam o preço de um sistema baseado na busca de rendimentos e na repressão

O Bureau Político do Partido da Via Democrática dos Trabalhadores acompanhou com profunda preocupação e indignação as cenas de êxodo em massa de Fnideq em direção à Ceuta ocupada, onde milhares de jovens marroquinos, incluindo menores, arriscando suas vidas no mar e diante das cercas de arame farpado para escapar do desemprego, da pobreza e da exclusão, após décadas de políticas que concentram riqueza e poder nas mãos de uma pequena elite, ao mesmo tempo em que privaram a maioria do direito ao trabalho, à educação, à saúde, à moradia e à dignidade. O Bureau rejeita a tentativa do governo de administrar essa tragédia por meio de fronteiras militarizadas e coordenação de segurança com a União Europeia, insistindo que a repressão não pode substituir o desenvolvimento e que a migração não é um crime, mas a consequência direta de políticas que geram desespero; e responsabiliza diretamente o bloco da classe dominante e os partidos que legitimaram a política neoliberal por uma crise cuja origem não está nas circunstâncias, mas na falência histórica do próprio regime. A vida e o futuro dos jovens não são descartáveis e devem prevalecer sobre os interesses do capital e as escolhas dependentes do Makhzen — a luta por um Marrocos de dignidade, liberdade e justiça social continua!

[Leia mais](#)



A Declaração de Colombo: EUA Fora da Ásia!

Na Conferência “EUA Fora da Ásia”, realizada em Colombo, no Sri Lanka, de 16 a 18 de julho de 2026, representantes de movimentos, sindicatos, partidos políticos e organizações populares de 15 países adotaram a Declaração de Colombo, um apelo conjunto pela soberania, pela paz e pela solidariedade entre os povos de todo o continente. A declaração rejeita as bases militares estrangeiras, servidão por dívida, condicionalidades do FMI, coerção tarifária, operações de mudança de regime e dominação ideológica, afirmando o direito dos povos

asiáticos de determinar seu próprio futuro político, econômico e cultural. Enraizada no legado de Bandung e do Movimento dos Países Não Alinhados, ela declara que os ataques do imperialismo são militares, econômicos, políticos e ideológicos — e que a resposta deve ser igualmente unida. Concluindo com o slogan “EUA Fora da Ásia!”, a declaração reafirma um compromisso comum com a paz, a soberania e um horizonte socialista liderado pelos povos da Ásia.

[Leia mais](#)



Não ao novo macartismo global

A Assembleia Internacional dos Povos e a ALBA Movimentos emitiram uma declaração condenando a “Reunião Ministerial sobre o Ressurgimento do Terrorismo Político” do governo Trump-Rubio, denunciando-a como uma tentativa global de criminalizar partidos de esquerda, movimentos populares e lutas anti-imperialistas. Rejeitando a falsa narrativa do “terrorismo de esquerda”, a declaração alerta que a cúpula busca legitimar a repressão, operações de mudança de regime e violações da soberania nacional sob o pretexto da segurança internacional. Chamando essa ofensiva de um novo macartismo global, a declaração exorta os movimentos em todo o mundo a fortalecer a solidariedade internacionalista, defender o direito dos povos à autodeterminação e se solidarizar com Cuba, a Venezuela e todas as nações que resistem à agressão imperialista.

[Leia mais](#)



Solidariedade aos estudantes da Índia

O Secretariado da AIP Ásia expressou sua total solidariedade aos estudantes de toda a Índia que protestam contra o vazamento das provas do exame NEET, classificando o escândalo como um sintoma de um sistema educacional profundamente desigual. Com mais de dois milhões de aspirantes a médicos afetados, a declaração denuncia a corrupção que permite que riqueza e influência se sobreponham ao mérito, colocando em risco o futuro dos estudantes da classe trabalhadora e marginalizados. O Secretariado apoia a greve de fome estudantil em andamento e exige uma investigação independente, a responsabilização dos culpados, a proteção dos manifestantes e reformas estruturais para garantir o acesso livre, justo e igualitário à educação, afirmando que a luta pela justiça educacional faz parte da luta mais ampla pela igualdade e pela democracia em toda a Ásia.

[Leia mais](#)



NUMSA vence batalha no Tribunal Superior de Kimberley para salvar empregos na mina de Ekapa

O NUMSA (Sindicato Nacional dos Metalúrgicos da África do Sul) obteve uma vitória histórica no Tribunal Superior da África do Sul (Divisão do Cabo Setentrional, Kimberley), onde o juiz interino Tyuthuza suspendeu a liquidação apressada da Ekapa Minerals (Pty) Ltda e concedeu, em vez disso, um processo de recuperação judicial, após meses de luta desde que a empresa solicitou a liquidação provisória em março de 2026, deixando mais de 1.000 trabalhadores sem remuneração e mais de 300 demitidos unilateralmente, mesmo com os corpos de cinco trabalhadores mortos em um deslizamento de terra a 890 metros de profundidade ainda não recuperados. O Tribunal rejeitou as alegações do empregador de que a mina não tinha futuro, confirmou o direito do NUMSA, como sindicato reconhecido, de apresentar o pedido, e concluiu que a liquidação teria destruído o valioso direito de exploração da mina, enquanto o resgate empresarial o preserva, libera mais de R400 milhões (mais de R\$ 125 milhões) em recebíveis e salvará cerca de 500 empregos imediatamente por meio de um plano de reestruturação. A vida e o sustento dos trabalhadores não são descartáveis e devem vir antes dos interesses corporativos — a luta continua!

[Leia mais](#)

Em Solidariedade

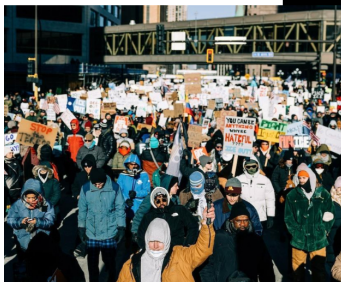
100 cartazes para Fidel em seu centenário



Antes do centenário do nascimento de Fidel Castro, em 13 de agosto, trabalhadores da cultura de todo o mundo responderam ao chamado para celebrar seu legado revolucionário por meio da arte. Organizada pela Assembleia Internacional dos Povos, pelo Tricontinental: Instituto de Pesquisa Social, pela ALBA Movimentos, pela Utopix e por organizações aliadas, a campanha recebeu mais de 200 cartazes de mais de 100 artistas de 30 países — superando sua meta original de 100 obras. Os cartazes estão agora disponíveis gratuitamente sob uma licença Creative Commons, incentivando movimentos, organizações e comunidades em todos os lugares a imprimi-los, exibi-los e compartilhá-los. À medida que as ideias de Fidel continuam a inspirar lutas pela soberania, pelo socialismo e pelo internacionalismo, essas obras de arte colocam seu legado em diálogo com os desafios e as esperanças do presente.

[Leia mais](#)

Notícias



O BreakThrough News está sob ataque

A Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados nos transformou no alvo de sua mais recente caça às bruxas. Não vamos desistir sem lutar.

[Leia mais aqui](#)



“Eles mentiram para vocês”: ativistas lançam campanha global para desmascarar a narrativa sobre o cessar-fogo em Gaza

Israel continua cometendo massacres diariamente no enclave devastado pela guerra, sendo que o mais recente exterminou uma família inteira de seis pessoas.

[Leia mais aqui](#)



Em artigo, Lula responde ao aumento de tarifas de Trump: “Ninguém vai nos derrotar com base em mentiras”

Além do protesto contra o aumento das tarifas, o governo brasileiro emitiu uma resposta diplomática aos insultos do presidente argentino.

[Leia mais aqui](#)



O duplo padrão nuclear de Washington na Ásia Ocidental

Vijay Prashad: O acordo com a Arábia Saudita tem um objetivo conquistar um mercado lucrativo e, ao mesmo tempo, estreitar ainda mais os laços entre Riad e os Estados Unidos. Trata-se de comércio nuclear apresentado como de não proliferação.

[Leia mais aqui](#)



A arma invisível: sanções, cumprimento excessivo e o custo humano

Carmen Navas Reyes: Sob o regime de sanções dos EUA, bancos e empresas em todo o mundo rompem relações ou recusam transações com países sancionados, indo muito além do que a lei exige estritamente.

[Leia mais aqui](#)



Grupos armados ameaçam governos no Sahel e a estabilidade regional

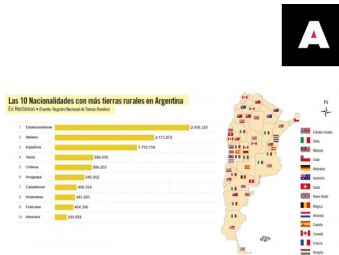
Os ataques ocorridos no fim de semana, que deixaram pelo menos 50 soldados mortos no Mali, podem indicar uma parceria sem precedentes entre a FLA e o JNIM.

[Leia mais aqui](#)



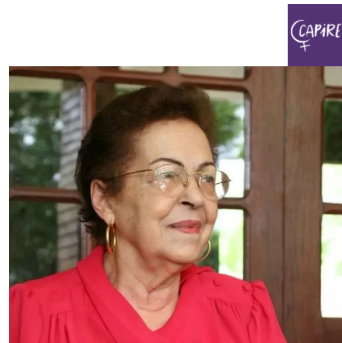
O Conselho Eleitoral do Haiti adia o primeiro turno das eleições presidenciais para 13 de dezembro

O Conselho Eleitoral Provisório condicionou o cumprimento do novo cronograma a garantias de segurança e financiamento. [Leia mais aqui](#)



Milei quer vender terras argentinas a magnatas estrangeiros

Em 6 de agosto, a Coalizão Federal em Defesa da Terra lançou uma campanha para rejeitar a lei que permite a propriedade de terras por estrangeiros. [Leia mais aqui](#)



Uma vida internacionalista: o centenário de Alexina Crespo e a luta pela terra

A renomada ativista das Ligas Camponesas — um movimento pelos direitos rurais do nordeste do Brasil — completaria 100 anos este ano. [Leia mais aqui](#)

Análises e Alertas

A arquitetura do poder: o dólar, a financeirização e a luta pela soberania

O papel do dólar como principal moeda de câmbio no comércio mundial confere aos Estados Unidos um poder exorbitante. Este dossiê examina a ascensão dessa moeda, os mecanismos de seu domínio e os limites estruturais para a construção de uma alternativa ao dólar. [Leia mais](#)

Construindo uma nova teoria do desenvolvimento a partir do Sul Global

Esta edição da versão internacional da revista Wenhua Zongheng (文化纵横) examina como o Sul Global pode construir uma Nova Teoria do Desenvolvimento fundamentada em sua própria prática. Os artigos exploram os fracassos do neoliberalismo, o papel da China na eletrificação e na cooperação industrial no Sul Global, bem como os debates intelectuais no pensamento econômico do Sul. [Leia mais](#)

O Bicentenário do Congresso Anfictiônico do Panamá, do México e da Unidade Latino-Americana

Duzentos anos após o Congresso Anfictiônico do Panamá, analisamos o desafio da unidade, a constante sabotagem imperialista dos EUA e a necessidade urgente de cerrar fileiras para alcançar a emancipação latino-americana. [**Leia mais**](#)

Assembleia Internacional dos Povos



Este e-mail foi enviado para {{ contact.EMAIL }}

Você recebeu este e-mail porque se inscreveu para nosso boletim informativo.

[**Cancelar inscrição**](#)